

## **A ALDEIA DA GAFEIRA COMO ALEGORIA DO PORTUGAL SALAZARISTA: RELAÇÕES DE PODER N'O *DELFIN* DE JOSÉ CARDOSO PIRES**

Rodolpho Amaral (UFF)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo abarca uma contextualização histórica das políticas fascistas que se assentaram no mundo em meados do século XX e sua projeção no contexto português com o Estado Novo de Salazar. A seguir a essa datação histórica, pensamos o romance *O Delfim*, de José Cardoso Pires, como uma obra primordial de formatos pós-modernistas que tematiza alguns elementos destacados da ditadura salazarista. As questões de poder do regime totalitário português são, então, desdobradas no romance de Cardoso Pires, levando em consideração a construção do texto literário como um processo de estratégia discursiva que se repensa no seu próprio fazer. Em outras palavras, ao tematizar aspectos do real, o autor d'*O Delfim* faz uso de elementos metaficcional para denunciar o constructo do texto e dos discursos oficiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo; Metaficção; Fascismo; Ficção e Realidade.

### **ABSTRACT:**

This article covers a historical contextualization of fascist policies that were based in the world in the middle of the 20th century and its projection in the Portuguese context with the New State of Salazar. Following this historical dating, we think of the novel *O Delfim*, by José Cardoso Pires, as a primordial work of postmodernist formats that addresses some of the outstanding elements of the Salazar dictatorship. The questions of power of the Portuguese totalitarian regime are then unfolded in the Cardoso Pires novel, taking into account the construction of the literary text as a process of discursive strategy that is rethought in its own making. In other words, when thematizing aspects of the real, the author of *O Delfim* makes use of metafictional elements to denounce the construct of the text and official speeches.

**KEYWORDS:** Salazar New State; Metafiction; Fascism; José Cardoso Pires.

### **INTRODUÇÃO**

Temos acompanhado a escalada de governos totalitários por todo o globo. Quando não são gestões totalmente alinhadas ao fascismo, a prática de algumas ideologias fascistas é notória em alguns governos. Em recente entrevista ao *The New York Times*, Judith Butler – referência teórica nos estudos feministas, de gênero e de sexualidade – afirma que o neofascismo não é um retorno ao tempo em que regimes totalitários pululavam por todo o mundo, e sim uma reação aos ideais liberais, que encorporaram e ganharam respaldo em diversas democracias – já assentes ou jovens, como no caso do Brasil. Para a autora, a guinada autoritária é produzida por

---

<sup>1</sup> Licenciado em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC/UC), o que lhe rendeu ao final de dois anos de intercâmbio uma dupla diplomação. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense (UFF), subárea Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Bolsista CAPES. E-mail: rodolph.amaral@gmail.com

“uma precariedade econômica radical, uma condição na qual o trabalho, o abrigo, a assistência à saúde nem sempre são garantidos.” (BUTLER, 2019). De outro modo, mas com palavras que vão ao encontro das de Butler, Jason Stanley, em seu livro *Como funciona o fascismo* (2019), defende que o declínio das sociedades as torna suscetíveis aos ideais fascistas, porquanto essa política trabalhará a ocultação dos problemas estruturais e sociais e inculcará, por diferentes estratégias, o mito da excepcionalidade da nação, o retorno aos momentos prósperos (STANLEY, 2019, p. 95-96).

Ainda que alguns anos separem os regimes fascizantes que se apoderaram de diferentes países em continentes distintos, muitas estratégias e características da política fascista ainda estão vigentes e adaptadas às tecnologias das sociedades contemporâneas. Aqui, interessa-nos recortar alguns aspectos desses regimes totalitários no período histórico Pós-Primeira Guerra Mundial e considerá-los, especificamente, na ditadura salazarista que teve lugar em Portugal no período de 1933 a 1974 – o Estado Novo de Salazar. A partir dessa contextualização, analisaremos a obra *O Delfim*, de José Cardoso Pires, e discorreremos acerca da obra a fim de elencarmos pontos de contato entre realidade e ficção. Em outras palavras, a obra funcionando como uma metonímia de Portugal durante o período ditatorial de Salazar, onde é possível identificarmos ideais fascistas, as mais variadas formas de relações de poder e uma gama de representações da ordem do real na sociedade portuguesa da época. Ademais, refazer percursos cheios de historicidade implica a alocação da obra em seu tempo, no contexto em que Cardoso Pires a escreveu, aos movimentos políticos a que o autor era fidedigno e ao projeto estético a que a obra estava emparelhada. Discorreremos sobre esses pontos de maneira sutil, sem pretensão de desenvolvê-los exaustivamente.

## **POLÍTICAS FASCIZANTES E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS**

A política fascista consiste em diferentes estratégias conforme o contexto em que se aplica, determinada por condições históricas e culturais – ou seja, embora tenha pontos de contato, o que ocorreu na Alemanha é diferente do que aconteceu na Itália, por conseguinte, difere também da manifestação fascista em Portugal. Fernando Rosas (2001) considera essas singularidades em relação à realidade portuguesa:

O filtro das particulares realidades culturais, políticas, sociais, económicas, mentais, donde emergiria o regime português fazia-o um fenómeno de natureza historicamente

idêntica, mas de expressão nacionalmente diferenciada, relativamente ao movimento genérico dos fascismos europeus desse período. (ROSAS, 2001, p. 1032).

Duas particularidades do fascismo à portuguesa que podemos citar estão na extensão do projeto político salazarista e na inserção da religião à identidade nacional. A primeira propunha ações que extrapolavam o fator econômico, iam além da manutenção da hierarquia entre elite e pobres – “nós” e “eles”. Desenvolveu-se, sobretudo nas décadas 1930 e 1940, um projeto de reeducação do povo português. Fernando Rosas chamou esse aparelho de inculcação ideológica de “o homem novo”: um projeto político cujo objetivo era modificar o sistema de valores e inserir nas mentalidades uma nova forma de ser português. O modo de pertencer a Portugal passou por uma série de rasuras e inserções que resultaram em vocações da nação inquestionáveis, a saber – vocação imperial, vocação rural, vocação de pobreza, vocação de ordem, vocação religiosa. Esse novo dispositivo foi difundido pelo regime como Política do Espírito, que, como bem lembra António Pedro Pita (2015), era uma “expressão de Paul Valéry que António Ferro adoptara e difundira, referindo-a, aliás, nas célebres entrevistas a Salazar.” (PITA, 2015, p. 51-52).

O outro fator fascista adotado aos moldes portugueses foi a religião, ligada ao forjamento da identidade nacional da época. Segundo Rosas, Salazar foi “um autoritário conservador de formação católica”, um homem temente a Deus e um demagogo irreparável – e “o demagogo é o pai da nação”, como nos lembra Jason Stanley (STANLEY, 2019, p. 127). A demagogia religiosa – embora formado pelos ensinamentos do “catolicismo social” (ROSAS, 2001, p. 1038), Salazar não os praticava – garante a manutenção das relações hierárquicas de gênero, protegendo a estrutura familiar tradicional e a masculinidade patriarcal de quem não vive e concorda com esses modelos.

A hierarquia assume a essência estrutural dos regimes totalitários e se ramifica de várias formas. Ela está presente no estabelecimento das pautas culturais e econômicas comum a todos. A hierarquia do trabalho, por exemplo, assume uma lógica corporativa, que em Portugal realizar-se-á no formato da vocação da nação à ordem e à autoridade natural. Cada um ocupando um lugar específico, mas ninguém fora do lugar ao qual foi designado. A hierarquia racial – diferentemente do que foi aplicado na Alemanha nazista – em Portugal assume o mito da igualdade racial. Ela está ligada à vocação imperial da nação – conquistar e evangelizar seria “não só um ‘fardo do homem branco’, mas, no discurso imperial do Estado Novo, um fardo do homem português” (ROSAS, 2001, p. 1034). Dessa forma, não haveria, demagogicamente, sobreposição de uma raça sobre a outra, pois, para Portugal, a colonização dos domínios ultramarinos representava extensão territorial e aumento da população sob sua tutela.

Assim se compreende que deste mito imperial se deduz como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos, assim, nesta sistematização, uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação. (ROSAS, 2001, p. 1035).

Temos, portanto, um aspecto ideológico adaptado pelo Estado Novo.

A propósito da hierarquia de gênero, a política fascista conserva práticas semelhantes nos diferentes governos em que esteve assente. A invocação da natureza – aspecto usado não só para legitimar o poderio do homem heterossexual sobre outras minorias – é repetidamente convocada. De acordo com Stanley,

[p]ara o fascista, o princípio da igualdade é uma negação da lei natural, que estabelece certas tradições, das mais poderosas, sobre outras. A lei natural supostamente coloca homens acima de mulheres, e membros da nação escolhida do fascista acima de outros grupos. (STANLEY, 2019, p. 86).

À natureza recorrem também os ditadores que precisam sustentar a superioridade racial levando em conta a inteligência, níveis de violência, sexualidade e autocontrole. Sendo a política fascista estruturada basicamente pela hierarquia patriarcal, a igualdade de gênero é uma ameaça a ser combatida ferozmente. A distribuição dos papéis de gênero estão consentes à lógica da família tradicional, à distribuição do trabalho, às práticas sexuais e à própria ideia de natureza – tantas vezes presentes nos discursos dos Chefes de Estado.

Retomando a entrevista concedida por Judith Butler (2019) citada acima, há em sua fala o reconhecimento de outros fatores, além do declínio das sociedades, para o ressurgimento – ou reação, como defende a autora – do (neo)fascismo: ao longo das últimas décadas, as democracias liberais proporcionaram conquistas significativas para grupos minoritários, quer no campo do gênero e dos diversos feminismos, quer no campo das liberdades sexuais, ou, ainda, no campo dos direitos civis para minorias raciais e étnicas. A igualdade, como temos argumentado, é a destruição da sociedade patriarcal, que é a base do fascismo. Dessa forma, “[o] projeto fascista combina a ansiedade sobre a perda de status por parte dos membros da verdadeira ‘nação’ com o medo do reconhecimento igualitário para grupos minoritários odiados.” (STANLEY, 2019, p. 93).

A encenação política do poder não se limita a esses pontos discorridos até aqui. Observamos, nela, também a apropriação do trabalho – de suas técnicas, de seus instrumentos e de seus alvos – e dos discursos produzidos para sustentar sua precarização. A ruralidade indicia um traço importante do “homem novo” nascido no Estado Novo, forjado por meio da inculcação ideológica de que este é um pertencimento notadamente português. Junto a essa característica agora nacional, temos os discursos propagandísticos que recusam a

industrialização, põem em relativização a técnica e desconsideram a urbanização como fator de desenvolvimento. Tais posicionamentos políticos inaugurarão mais duas vocações percorridas por Fernando Rosas: a primeira é a vocação rural da nação; a outra é a vocação de pobreza, tão inerentes ao jeito de ser e ao modo de estar português no regime salazarista.

Na ideologia nazista, a ruralidade da população também foi utilizada com muitos propósitos, assim como na ideologia portuguesa. Enquanto na primeira a ruralidade carregava um *ethos* de autossuficiência (STANLEY, 2019, p. 148), contrastando autonomia rural e dependência do Estado na vida urbana, na segunda, a defesa de não alimentar ambições materiais e que, portanto, estariam mais ligadas ao cosmopolitismo, seria a garantia da tutela do Estado em seu caráter paternalista de prover e contabilizar. O mito da ruralidade se sustenta porque, segundo a ideologia da política do espírito difundida no país, “Portugal é um país essencial e inadvertidamente rural, uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, donde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional.” (ROSAS, 2001, p. 1035). À semelhança desse retorno às raízes portuguesas, para a ideologia nazista

os verdadeiros valores da nação seriam encontrados na população rural (...). Na política fascista, a agricultura familiar é a pedra angular dos valores da nação, e as comunidades agrícolas familiares são a base de suas forças armadas. Os recursos que fluem para as cidades devem ser redirecionados às comunidades rurais, para preservar esse centro vital dos valores da nação. (STANLEY, 2019, p. 142).

Atrelada à ruralidade da nação, a vocação da pobreza relaciona-se à negação dos avanços tecnológicos e industriais, resultando numa população camponesa por excelência e subordinando a economia nacional às potências mais desenvolvidas nesses termos. A pobreza honrada sustentava-se no próprio discurso do chefe de governo e do diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), António Ferro, que proferia as seguintes palavras como sinônimo de ser pobre: “a ausência de ambições doentias” (ROSAS, 2001, p. 1035).

Alinhado aos projetos de ruralidade e pobreza, a anti-intelectualidade também constitui uma estratégia do fascismo e é amplamente aplicada de modo a construir discursos contra o pensamento, a ciência, a pesquisa – contribuindo, logo percebemos, para a manutenção do precário, do antidesenvolvimento. Os métodos de aplicação não se limitam aos recursos direcionados às áreas do saber, que então passam a ser reduzidos ou deletados, mas passam também por uma elaboração discursiva que persegue qualquer indivíduo que empreenda práticas de ensino ou qualquer atividade ligada à cultura, à pesquisa, ao conhecimento. Os governos totalitários são eficazes na manipulação da opinião pública, criando ataques retóricos

a determinados grupos, o que interfere na empatia entre os cidadãos, “justificando o tratamento desumano e validando a perseguição dos segmentos minoritários.” (STANLEY, 2019, p. 15). As universidades, escolas e outras agências de letramento são espaços onde o discurso é um direito, portanto representam uma ameaça ao totalitarismo, o regime de aversão à igualdade.

À revelia de outros fascismos que apenas sucateiam instituições de ensino e aprendizado, Salazar apropria-se da educação e a torna um pilar de apoio à nação, utilizando da emoção da nostalgia para inculcar o passado mítico português na população. Sendo a escola tomada como basilar na reeducação do povo português, não haveria necessidade da continuidade dos estudos. Desse modo, “viria a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber acadêmico e à cultura científica e universitária, acantonada na tarefa de avaliar e legitimar os grandes lances da propaganda.” (ROSAS, 2001, p. 1039).

A educação escolar, portanto, passa a deter as intenções interventivas do governo e a desempenhar funções contrárias à sua própria idealização.

Nos sistemas antidemocráticos a função da escola é produzir cidadãos obedientes estruturalmente obrigados a entrar na força de trabalho sem poder de barganha, e ideologicamente treinados para pensar que o grupo dominante apresenta as maiores forças civilizatórias da História. (STANLEY, 2019, p. 59)

Desse modo, o empobrecimento do discurso resultante do desprezo pela linguagem é, ainda, um fator de manutenção da hierarquia fascista. Os líderes fascistas, como aponta Stanley, são “homens de ação”, sem necessidade de consulta ou deliberação” (STANLEY, 2019, p. 62). A oratória, nesse sentido, serve para impulsionar a vontade de agir, não para colocar em dialogia o intelecto.

## **A OBRA DE JOSÉ CARDOSO PIRES: GAFEIRA ANÁLOGA A PORTUGAL**

Feito esse breve percurso de contextualização político-cultural no qual se insere José Cardoso Pires e destacado os motores que nos ajudarão a pensar aspectos da obra *O Delfim*, iremos, finalmente, discorrer sobre o literário. Contudo, é importante destacar, não nos ateremos com profundidade às estéticas literárias às quais a obra tem sido inserida. Importa-nos situar o romance no contexto em que foi gerado, caracterizando-o ora com influências Neo-Realista e/ou Surrealistas, ora com imbricações de ficções Pós-Modernistas (REIS, 2004) sem, contudo, desdobrar esses matizes deslocados da obra. Analisaremos a obra como sugere a leitura de Teresa Cristina Cerdeira no prefácio à edição brasileira dos 40 anos da publicação d’*O Delfim*:



temos que tomar este romance inserido no seu tempo, que é tempo de revolução (...), uma revolução que, naquele ano de 1968 em Portugal, só poderia acontecer clandestinizada, como a esconder-se por detrás de outros fatos aparentemente supérfluos. (CERDEIRA, 2008, p. 6).

Sendo assim, na fortuna crítica acerca d'*O Delfim* não cessa de aparecer indicações sobre o espaço diegético do romance (a Gafeira) ser um microcosmo de Portugal à época da repressão salazarista, ou, ainda, sobre a aldeia configurar uma analogia do país obscurecido pelo regime de Salazar – posições que assumimos neste texto.

Os eixos temáticos presentes na obra têm ligação estreita com o que discorremos acerca da ditadura de Salazar, não apenas porque, nas palavras de Carlos Reis, a História é uma tônica presente nas literaturas produzidas à época, dotada de compromisso ético, social e histórico, à maneira dos neo-realistas; mas também porque

o questionamento sobre a ideia de autonomia e emancipação do ser humano como sujeito da história e a consciência da vida como representação de atitudes sempre foram temas obsessivos na ficção de José Cardoso Pires. A permanente interação entre realidade e ficção constitui um dos principais objetos de sua investigação. (FERNANDES, 2000, p. 45).

Isso nos mostra que o projeto estético de Cardoso Pires, para além de filiação a escolas literárias, é a comuta entre o real e o ficcional e das tensões que daí resultam. Leitor de Marx e adepto de suas análises das relações sociais, José Cardoso Pires elaborará sua obra pensando as analogias de Portugal a partir da terra, do latifúndio – contrariamente a uma literatura que pensava simbolicamente o país através do mar. Essa reorganização de imaginário terá profunda relevância para a escrita de seus livros, sobretudo a nível de discurso: a própria hierarquia da linguagem será posta em causa. É já nessa efervescência de tendências que *O Delfim* aparecerá, mostrando ser um romance que para além de híbrido, rasura a pureza dos regimes de genericidade, além de apresentar as características elencadas por Carlos Reis a referir alguma produção literária portuguesa do último quartel do séc. XX, mas que se encontram já apresentadas na obra de Cardoso Pires:

a enunciação de discursos de índole assumidamente, intertextual, como processo de incorporação na narrativa de outros textos literários, e não-literários, às vezes (e de novo) em termos parodísticos; a elaboração de engenhosas construções metadiscursivas e metaficcionais, como se o discurso ficcional fosse um domínio de autoquestionação permeável a indagações de índole metateórica; a concepção da narrativa como campo propício à problematização e mesmo à deslegitimação de narrativas fundadoras ou identitárias; a reescrita da História em clave ficcional e mesmo em registro alegórico, sob o signo de uma relativização axiológica generalizada, em termos ideologicamente distintos do que ocorrera no Romantismo. (REIS, 2004, p. 25).

É sobretudo nas acomodações das elaborações metaficcionalis que Cardoso Pires trará questões importantes para a obra: o real como ponto de vista, a realidade não sendo fiel a ela mesma porque produto de mediação da linguagem, as inúmeras versões de um mesmo fato e a colocação da dúvida em relação aos discursos oficiais. O escritor pretende com isso colocar em desestabilização a própria matéria narrada, como se indicasse a ambiguidade daquilo que recolhe, processa e conta ao leitor. A proliferação de vozes indicia, entre outras significações, que “sempre que duas personagens *colidem*, a compreensão surgirá da manipulação de infinitos dados recolhidos na memória e cuja organização se faz necessária.” (LEPECKI, 1977, p. 27, grifo da autora). Organização, destaquemos, que também implica manipulação – isto é, embora apresente diferentes versões, o narrador conduz o leitor a uma visão preferencial, mas não única (LEPECKI, 1977, p. 22).

É por meio da digressão do narrador – um escritor que retorna à aldeia para a temporada de caça, passado um ano desde sua última estadia – que tomamos conhecimento dos assuntos que percorrem a aldeia da Gafeira. Ao recolher relatos e consultar suas próprias anotações, além de outros materiais pretensamente científicos, o narrador vai descortinando o assassinato de Maria das Mercês e Domingos. A memória no contexto do romance é um campo de tamanha disputa que em diversos momentos não deixamos de indagar: “qual pós-memória poderá engendrar?” (VECCHI, 2013, p. 16). O artifício de que o narrador lança mão é mostrar os mecanismos que negam/revelam a natureza ficcional do discurso que constrói:

Repare-se que tenho a mão direita pousada num livro antigo – *Monografia do Termo da Gafeira* – ou seja, que tenho a mão sobre a palavra veneranda de certo abade que, entre mil setecentos e noventa, mil oitocentos e um, decifrou o passado deste território. (PIRES, 2010, p. 7)

Ao trazer para o tecido do texto discursos excedentes ou extemporâneos, o narrador maximiza a polarização da memória (VECCHI, 2013, p. 20) e inicia um jogo entre veracidade e verossimilhança, como nos sugere Maria Lúcia Lepecki:

No Autor d’*O Delfim*, a vocação do romance para negar a natureza ficcional manifesta-se, talvez de modo mais claro, pela inserção de textos assumidos como não-ficcionais, *documentos* e *testemunhos* que buscam *veracidade* mais que *verossimilhança*. (LEPECKI, 1977, p. 41, grifos da autora)

O desenrolar da narrativa na Gafeira, essa terra tutelada por Tomás Manuel da Palma Bravo, dá sinais da complexidade das relações. Já em Tomás Manuel, o Engenheiro, temos o poder herdado e que, portanto, não muda – ele é o décimo primeiro Tomás Manuel, todos os antecessores com o mesmo nome de batismo, a dominar a região. Lepecki (1977) sugere que o romance se divida consoante às relações de trabalho, o que será endossado por Maria Lucia



Fernandes Guelfi (1999), acrescentando a alienação como fator preponderante para o entendimento da obra. A nível de trabalho temos muitas nuances, mas os operários-camponeses tornam-se primordiais para retomarmos as proposições de Rosas (2001) acerca da vocação rural portuguesa e da negação do avanço tecnológico. Em nota de rodapé – mais uma inserção que comprova que o gênero romance não se quer puro – o Narrador explicita o desenraizamento dos homens da aldeia:

Designação imprópria, só aplicável ao camponês que, numa agricultura em vias de industrialização, adquiriu um perfil próximo do operário sem contudo se ter identificado com ele. Não dispondo de terras, o homem da Gafeira exerce como recurso uma atividade não especializada nas fábricas dos arredores. A impossibilidade de garantir um futuro na indústria e a desadaptação gradual ao campo conferem-lhe um comportamento indeciso a que, à falta de melhor, se atribui a designação de ‘camponês-operário’. – Do *caderno de apontamentos*. (PIRES, 2010, p. 73)

A migração em Cardoso Pires assume uma alegoria, ou um motivo da viagem, como escreve Lepecki (1977, p. 19), dentro do conjunto de sua obra, porquanto as personagens deambulam à procura de emprego, comida, temporada de caça, mimese da expatriação sofrida pelos portugueses nos anos de ditadura salazarista. A migração dos chefes de família deixa para trás nova categoria de mulheres – as viúvas-de-vivos: “Passam duas viúvas-de-vivos, com cestos de roupa à cabeça: ‘Tempo... Primavera...’ Que é o tempo para estas mulheres? O tamanho dum luto, duma ausência?” (PIRES, 2010, p. 45).

Noutro âmbito de análise, pensar a divisão das personagens como núcleos de consciência dialoga intimamente com a compartimentação pelo eixo do trabalho, já que, segundo Guelfi, o “fenômeno da alienação que, pelo viés marxista, apresenta natureza ideológica” (1999, p.31) resulta da divisão do trabalho. As personagens proletárias de Cardoso Pires parecem, à primeira vista, ser idênticas, contudo estão em níveis diferentes de consciência e em tempos diferentes de movimentação para o conhecimento (Lepecki, 1977). Temos, por exemplo, a personagem do Cauteleiro, que possui uma voz de consciência (recalcada e transformada, às vezes, em ódio, raiva) acerca dos privilégios dos Palma Bravo e da precarização da sua vida. A escolha vocabular dessa personagem para se referir a Tomás Manuel traz consigo um jogo irônico e polissêmico - a palavra “infante”. Ora, dado o nível de consciência do Cauteleiro, as duas acepções encontram motivos justificáveis para serem proferidas por ele: a primeira, diz que infante é um nobre que não tem direito ao trono, levando-nos a entender que o Cauteleiro não reconhece a autoridade que o Engenheiro pratica; a segunda, que é uma criança, um menino, ou seja, inapto a ocupar o lugar que, por ora, ocupa.

Tanto mais podemos entender a violência carregada nas palavras dessa personagem a partir do que o Narrador nos mostra ao focar no dente do Velho cauteleiro:

Calcula-se como um dente como aquele, único, eremita, pode apanhar um forasteiro à hora do meio-dia numa aldeia em silêncio. É um osso eriçado no deserto, um estilete que se aproveita da desorientação de um estranho para penetrar nele a fundo, sempre mais fundo, de modo a destruir-lhe os últimos restos de dúvida e de serenidade. (PIRES, 2010, p. 17).

E mais:

Infante... Infante..., repito de mim para mim. E muito no íntimo peço-lhe desculpa de ter empregado um termo tão do Velho e em que só o Velho sabe pôr a intenção mais profunda. Falta-me, quando mais não seja, o ódio animal de um dente que navega entre a fábula e a justiça para dar a essa palavra a violência devida. (PIRES, 2010, p. 19-20).

Em contrapartida, a Hospedeira está num outro nível de consciência relativamente ao que acontece na Gafeira. A Dona da Pensão, com o ar maternal e generoso, parece ter o compromisso da manutenção. É importante ressaltar que, diferentemente do Cauteleiro, a Dona da Pensão também assume uma posição de autoridade em relação à criada-criança (outra personagem), o que alarga ainda mais os sentidos dos níveis de consciência que temos recorrido. A alienação, porém, não acontece apenas com as personagens proletárias, mas atinge também os representantes da burguesia ou herdeiros das famílias de fidalgos – para estar de acordo com o passado português trazido no enredo. No caso do Engenheiro, sua alienação é deflagrada nas conversas com o Escritor, de modo que fica claro para quem lê “que o Engenheiro é perfeitamente irrecuperável na sua alienação” (LEPECKI, 1977, p. 70). Já em Maria das Mercês, sua passividade é entendida como um desdobramento da alienação:

Mercês opta pelo não-pensar, refugia-se em atitudes passivas ou em gestos mecânicos, sinais da padronização absoluta do comportamento, imagens da alienação insuperável. (...) [Junto à passividade, Mercês] pode manifestar também subserviência, traço que não raro o *reprimido inconsciente* adquire. (LEPECKI, 1977, p. 68)

As tensões relacionais perpassam todo o romance e se ramificam em diversos núcleos do texto. Para além da divisão por eixo de trabalho e consciência, o que já pressupõe uma hierarquia, há verticalidade nos papéis de gênero, que a todo o instante se insinua nos mais breves diálogos. É na relação das personagens Maria das Mercês e Tomás Manuel que a distribuição dos papéis de gênero patriarcais fica evidente: nela, nuances entre obediência e servidão, passividade e uma maternidade silenciada; nele, violência, chefia, ansiedade sexual e, podemos inferir, frustração por causa da paternidade que não se cumpre. A letargia presente

no corpo e na ação de Maria das Mercês vez ou outra aparece na descrição do espaço em que se encontra:

De quando em quando, Maria das Mercês tira uma fumaça da longa boquilha, torna a pousá-la no cinzeiro e, diante do televisor, recomeça a manobra dos dedos e da lã. Maquinalmente, como as beatas quando desfiam um rosário. O tricot, afirma ela, descontraí ('a pessoa deixa de pensar') mas, aqui para nós, qual a diferença entre o rosário e as agulhas?, pergunto, olhando-a de relance. (PIRES, 2010, p. 40)

Notemos a pergunta nada inocente do Narrador, associando a atividade do tricot ao ato de rezar, o que nos condiciona, por extensão, a pensar também no papel mantenedor que a Igreja – sobretudo em Portugal, onde era alinhada às ideologias da direita – desempenha, principalmente no engessamento dos papéis de gênero. Num outro momento da narrativa fica claro também a distribuição do espaço em relação ao homem e à mulher:

O estúdio. Tudo disposto como na noite das apresentações: cobres nas paredes, uma espingarda antiga em cima da lareira. Eu, caçador em visita. Maria das Mercês no lugar que lhe é próprio (sentada no chão, entre revistas – *Elle*, *Horoscope*, *Flama*), o marido estendido no *maple* e com um braço pendurado para a bebida que repousa em cima do tapete. (PIRES, 2010, p. 36)

Outra tônica que atravessa as duas personagens e nos coloca diante dos papéis de gênero patriarcais é o ausente herdeiro do casal. Para passar adiante tudo o que foi acumulado com dominação e violência é preciso ter um herdeiro; este, continuação do próprio pai – pensamento e ação –, seria o décimo segundo Tomás Manuel. Contudo, a esterilidade – de quem? – nos coloca diante desse impasse que atinge homem e mulher: aquele porque fica em causa sua virilidade e preservação do *status quo*; esta porque, consoante o gênero que a constitui, não se realiza enquanto mulher, já que “ser mulher significa ser mãe, significa afirmar com toda a força consciente da alma o valor de ser mãe e torná-lo uma lei vital... a mais alta vocação da mulher (...) não é somente ter filhos, mas conscientemente e com total devoção a seu papel e dever como mãe de criar filhos para seu povo.” (STANLEY, 2019, p. 22). Não sabemos a quem pertence a esterilidade, se à mulher inabitável ou se ao homem que não se cumpre como tal. Mais do que dar a resposta, o Narrador alarga a tensão desses papéis de homem e de mulher, disfarçando em pergunta sua intenção: “Donde vem o mal que impede os frutos? Da esposa inabitável ou da semente que não tem força para viver dentro dela? De ambos? Caso a apurar. A excelentíssima classe médica é que devia pronunciar-se.” (PIRES, 2010, p. 80). E mais:

No azedume com que Tomás Manuel falou dos bancos de esperma e da raiz da avó dos cientistas que passam por cima do orgulho dos machos, neste rancor que estalou assim do pé para a mão, não se esconderá o desespero de quem se julga incapaz de

habitar um ventre de mulher? Faço a pergunta, é mera suposição. De resto, como prová-la? (PIRES, 2010, p. 87)

Outro desdobramento das relações de poder e práticas fascistas estão na inserção da personagem Domingos no enredo do romance. Domingos é o criado dos Palma Bravo e sua composição é trabalhada em vários níveis. Primeiro, em Domingos estaria uma suposta homossexualidade, indiciada pelas falas de Tomás Manuel quando se refere ao comportamento do criado ao frequentar os bordéis:

“Um tipo arvesado”, observaria o marido, a sós com ela. “Levo-o a Lisboa, deixo-o à vontade, dou-lhe dinheiro... Nada.”

“Nada?”

“Nada. Foge das raparigas. Tem o complexo do braço ou lá o que é.”

“Elas, também, devem ser detestáveis...”

“É o que se arranja, e não julgues que são fulanas ao preço da chuva. Só me faltava esta, ter um criado...”

Maria das Mercês tapa-lhe a boca com a mão, não o deixa acabar:

“Tomás, coitado do moço.”

Riem os dois. (PIRES, 2010, p. 184)

Acrescidos a essa condição que pontua a sexualidade de Domingos, temos mais dois fatores de subalternização da personagem – sua deficiência e sua origem racial. “Deus fez o operário e em seguida deu-lhe o castigo tirando-lhe o braço” (PIRES, 2010, p. 152), é o que nos diz o Narrador referindo-se ao braço coto de Domingos que, apesar da deficiência, fazia serviços que satisfaziam seus patrões. De origem cabo-verdiana, Domingos encarna o racismo e as relações de poder presentes no regime salazarista. Por um lado, a nação que se pretende “pluricontinental e plurirracial”, como o explicita Rosas (2001, p. 1035), de outro, a Guerra Colonial com objetivos escusos de indexação de territórios sob chancela de Portugal. É no criado que notamos o jogo de alteridade feito pela verticalidade do poder cujo exemplo se encontra no fato de a emoção ser conferida ao Outro, enquanto a razão é reservada aos dominadores – uma outra versão do “Nós” e “Eles” apontado por Stanley (2019). É preciso, portanto, ensinar-lhe a razão, colonizá-lo para que abandone sua natureza, como aponta Maria das Mercês: “Sonhador, pois. Deve ser para aí da raça, ou do clima, sei lá. Havia uma cabo-verdiana no colégio que era exactamente como ele.” (PIRES, 2010, p. 38). A docilidade, sabemos, é a característica ideal para o controle e subalternização.

É ainda em diálogo com essa personagem que destacamos mais dois fatores passíveis de análise – paternalismo e caridade, imbricados um no outro. Na sociedade fascista, o chefe de família é análogo ao líder da nação, daí apontarmos a destruição da autonomia como projeto político de dependência. Há duas passagens no romance em que essas questões ficam ilustradas. A primeira é a consoada, prática medieval que consistia na abertura dos portões dos palácios,

por ordem do rei, para receber os pobres e oferecer-lhes comida. Ora, Tomás Manuel tira o sustento das famílias ao se apossar da lagoa e cobra taxas para sua utilização, mas mantém o perfil caridoso – abre os portões no Natal para dar de comer aos pobres. Aliás, a caridade, nesse sentido, é um “elemento de equilíbrio social; logo, (...) [é] estabilizador das hierarquias. ‘Da necessidade da existência dos pobres para se alcançar o Reino dos Céus.’” (PIRES, 2010, p. 40) – como bem nos lembra o Narrador.

Conta-se (não estou para localizar a pessoa, o relator) que uma mulherzinha da casa – a Aninhas, quem havia de ser? – andou pelos trabalhadores de fora a informar-se do Natal de cada um e dos seus planos. Tenho um vaguíssimo rumo das censuras que lhe foram feitas na altura, e de súbito ilumina-se a casa do lagar e vê-se a mesa armada com uma dúzia de convivas à volta. Três são camponeses-operários e respectivas mulheres, o resto é velharia – uns surdos, outros coxos, outros a pingar do nariz. Para completar, crianças agarradas às saias das mães. (PIRES, 2010, p. 98)

Ações que naturalizam as relações desiguais na sociedade e aplacam um falso espírito versado nos ensinamentos cristãos.

Por último, a segunda passagem a que aludimos acima refere-se à alfabetização de Domingos feita por Maria das Mercês. Fica evidente ao longo do romance o desprezo pelo conhecimento e a relação supérflua que as personagens Palma Bravo mantêm com ele; o aprendizado é uma ameaça às estruturas patriarcais das quais descendem. A alfabetização de Domingos, nesse sentido, não abarca nada de emancipatório nem de autonomia. Para Domingos, apenas o trabalho braçal e a força da emoção fazem sentido e o Engenheiro, representante dessa mentalidade, bem o sabe e diz: “Opinião do Eng.º: 50% da inteligência dos mestiços são ingenuidade do negro, os outros 50% são arteirices aprendidas com o colono. Solução adequada: promover o negro sem o proletarizar, instruir o mestiço sem o intelectualizar.” (PIRES, 2010, p. 163). O que está em jogo também é uma relação de poder trazida agora para o âmbito da aprendizagem, já que estamos diante de quem tem o “saber” e o transmite a outro que não tem.

De pé, Maria das Mercês debruça-se por detrás dele: ‘Devagar, não carregues tanto...’ E o homem obedece e em duas penadas toma tal gosto pela escrita que maravilha. ‘Formidável’, diz a patroa, quase esquecida de que está a afeiçoar uma sombra do marido. E a terminar a lição marca-lhe mais tantas cópias, mais tantas linhas de algarismos, um desenho a tinta, figuras recortadas à tesoura. (PIRES, 2010, p. 156)

Em Domingos, recuperando ainda a ideia de personagens que estão em níveis diferentes de consciência, notamos uma complexidade dos lugares subalternos justamente porque a personagem reúne traços diferentes e somatórios de identidade. É como se, apesar do

lugar que ocupa e de como é tratado, devesse ser grato aos padrões pela instrumentalização a que está exposto e que ajudará a fazer melhor o seu trabalho – nada além.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos discorrer sobre a obra *O Delfim*, de José Cardoso Pires, levando em consideração diferentes aspectos que a permeiam. O romance representa um marco na história da literatura porquanto rompe com estruturas e modos de fazer: rasura a linearidade narrativa, empreende pesquisas estéticas acerca de sua própria composição e traz formatos até então considerados como subgêneros para a tessitura do texto – narrativa da memória e romance policial, por exemplo.

Dividido em duas seções principais, antes da análise propriamente da obra, achamos pertinente uma contextualização sócio-política do ambiente em que o romance foi germinado e recebido. Ao destacarmos fatores da ditadura salazarista e políticas fascistas, nosso intuito foi o de também recortar elementos que interessam para a compreensão da obra, já que estão presentes no enredo do livro. Como pilares, a obra de Jason Stanley e Fernando Rosas nos ajudou a situar o fascismo no macro e no microcosmo – pensar o fascismo como políticas de ação comum e o que de especificidade assume quando ocorre em Portugal.

Num segundo momento, elencamos os pontos discutidos na seção anterior ligando-os às passagens da obra, demonstrando que as questões sociais e políticas são tônicas importantes no conjunto da obra de José Cardoso Pires. Realidade e ficção criam, desse modo, novos modos de entendimento, embaralham os limites entre veracidade e verossimilhança (LEPECKI, 1977). Por fim, mostram que o real é um ponto de vista e que qualquer tentativa de o apreender é, por si só, formador de versões díspares, já que a linguagem inaugura modos de representação.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BUTLER, Judith. O neofascismo é uma reação e não uma regressão. [Entrevista concedida a] George Yancy. *The New York Times*, Nova Iorque, S/N, 10 jul. 2019. Disponível em: <<http://midianinja.org/juanmanueldominguez/judith-butler-o-neofascismo-e-uma-reacao-nao-uma-regressao/>>. Acesso em: 20.08.2019.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *O Delfim: bispo em xeque, golfinho devorado, herdeiro sem poder*. In: CARDOSO, J. P. *O Delfim*. RJ: Bertrand Brasil, 2008.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.



FERNANDES, Maria Lucia Outeiro. Diálogo de máscaras em Cardoso Pires: a suspeita diante do ser e do real. *Itinerários* – Revista de Literatura vinculada ao PPG em Estudos Literários da UNESP, Araraquara, vol. 15, n. 16, p. 43-52, 2000.

GUELFY, Maria Lucia Fernandes. Ficção e História: um jogo de espelhos. *Gragoatá* – Revista dos PPG em Letras da UFF, Niterói, n. 6, p. 25-41, 1. sem., 1999.

JORGE, Silvio Renato. Literatura, memória e resistência. *Diadorim* – Revista de estudos linguísticos e literários do PPG em Letras Vernáculas da UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 19, p. 19-29, jan-jun 2017.

LEPECKI, Maria Lucia. *Ideologia e Imaginário: ensaio sobre José Cardoso Pires*. Lisboa: Moraes, 1977.

PIRES, José Cardoso. *O Delfim*. Portugal: Leya AS, 2010.

PITA, António Pedro. A arte como experiência de mundos possíveis. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (Org.). *Políticas da Ficção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 51-87.

REIS, Carlos. A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século. *Scripta* – Revista do PPG em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas, Belo Horizonte, vol. 8, n. 15, p. 15-45, 2º. sem. 2004.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o estado novo e a questão do totalitarismo. *Análise social* – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, vol. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.

VECCHI, Roberto. Legados das memórias da Guerra Colonial: algumas reflexões conceituais sobre a transmissão intergeracional do trauma. *Abril* – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana (NEPA) da UFF, Niterói, vol. 5, n. 11, p. 15-23, nov. 2013.

*Recebido em: 15/09/2020*

*Aprovado em: 12/02/2020*

*Publicado em: 24/03/2021*